

**HABEAS CORPUS Nº 563.286 - SP (2020/0045493-6)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : MARIVELTO MAGNO PEREIRA DA CRUZ**  
**ADVOGADO : MARIVELTO MAGNO PEREIRA DA CRUZ - SP280657**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : CAUA GONCALVES (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

**CAUA GONÇALVES** – investigado por suposto crime do art. 157, § 2º, II, c/c 14, II, do Código Penal – alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 2248594-66.2019.8.26.0000.

O impetrante alega, em síntese, a ausência dos requisitos necessários à decretação da custódia preventiva, bem como excesso de prazo da formação da culpa. Ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente – primário e de bons antecedentes e a desproporcionalidade da prisão em vista de eventual condenação.

A liminar foi indeferida (fls. 46-47).

Prestadas informações (fls. 51-55), o Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 62-63).

**Decido.**

**I. Contextualização**

O Magistrado de primeira instância, ao convolar a prisão em flagrante em preventiva, consignou (fl. 26, grifei):

[...]

Os elementos até o momento coligidos demonstram a existência de crime de roubo tentado e tornam presentes indícios suficientes de autoria, conforme se colhe das declarações prestadas pela vítima, que reconheceu os autuados como autores da tentativa de subtração, afirmando que foi empurrado e os agentes lhe obrigaram a separar dois porcos, senão o matariam.

Com efeito, a conduta dos agentes é grave e indica a periculosidade concreta de ambos, já que dominaram a

vítima em sua própria residência e passaram a ameaçá-la de morte no local, nada mais grave tendo ocorrido pela eficaz ação policial, que impediu a consumação do delito.

O Tribunal *a quo*, por sua vez, assim manteve a preventiva (fl. 10):

[...] a prisão não foi fundamentada apenas com base na gravidade abstrata da conduta atribuída ao paciente, mas pelas peculiaridades do caso concreto, especialmente porque Cauã e o correu teriam abordado a vítima em sua residência, ameaçando-a de morte, denotando efetiva periculosidade e a acentuada reprovabilidade da ação criminosa.

## **II. Custódia preventiva – fundamentação idônea**

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Na hipótese, **são idôneos os motivos** invocados pelas instâncias ordinárias para embasar a ordem de prisão do paciente, pois evidenciam a **gravidade concreta** do delito de roubo em tese perpetrado e a **real periculosidade do acusado**, bem demonstrada pelo ***modus operandi* empregado na ação delituosa – em concurso de agentes e violência contra vítima idosa** (64 anos).

Tais circunstâncias são suficientes, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para a imposição da custódia provisória, a fim de resguardar a ordem pública.

Ilustrativamente:

Segundo reiterada jurisprudência desta Corte, a periculosidade do agente, evidenciada no *modus operandi* do delito, é fundamento idôneo para justificar a prisão preventiva, tendo como escopo o resguardo da ordem

pública, como ocorreu na espécie" (**RHC n. 102.093/PB**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 23/8/2019).

[...]

2. São idôneas as razões invocadas pelo Juízo de origem para embasar a ordem de prisão do acusado, ao evidenciar a acentuada reprovabilidade da conduta perpetrada - cometida em concurso de agentes, com emprego de arma de fogo e no interior da residência da vítima.

[...]

4. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

5. Ordem denegada.

(**HC n. 485.138/SP**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 12/3/2019)

[...]

2. *In casu*, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta delituosa, pois o crime de roubo teria sido praticado mediante o uso de arma de fogo, com violência real - uma das vítimas levou uma facada nas costas e uma coronhada na cabeça - e em concurso de agentes, dentre eles um adolescente.

[...]

6. Recurso desprovido.

(**RHC n. 114.671/RO**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 12/2/2020)

Dadas as apontadas circunstâncias do fato, não se mostra adequada e suficiente a substituição da prisão preventiva por medidas a ela alternativas (art. 282 c/c art. 319 do CPP).

Nesse sentido:

[...]

6. Mostra-se **indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade concreta do delito**, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública.

7. Ordem não conhecida.

(HC n. 424.606/PR, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 22/2/2018, destaquei)

### **III. Excesso de prazo**

Sobre a duração da custódia, reitero que os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global, e o reconhecimento do excesso deve-se pautar sempre pelos critérios de razoabilidade e proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da CF), considerando cada caso em sua particularidade.

No caso, o acusado está preso desde 20/7/2019 e, de acordo com o andamento processual, na instância de origem, o feito recebe impulsos regulares e a audiência de instrução e julgamento está determinada para o dia 11/3/2020.

### **IV. Dispositivo**

Por fim, ressalto que, sob o prisma do entendimento adotado por esta Corte Superior de Justiça acerca da necessidade de manutenção da custódia preventiva em casos como o dos autos, não há óbice a que se decida este habeas corpus de forma monocrática, haja vista ser expressamente autorizado – pelo inciso XX do art. 34 do Regimento Interno deste Superior Tribunal (aplicável também ao recurso em habeas corpus, por força do art. 246 do RISTJ) – que o Relator decida o habeas corpus, **monocraticamente**, quando a decisão impugnada se conformar com a jurisprudência dominante acerca do tema.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**